

COROA, Maria Luiza Monteiro Sales; GARCEZ, Lucília do Carmo; CORRÊA, Vilma Reche. Texto dissertativo-argumentativo: Teoria e Prática. *ReVEL*, edição especial vol. 14, n. 12, 2016. [www.revel.inf.br].

TEXTO DISSERTATIVO-ARGUMENTATIVO: TEORIA E PRÁTICA

Maria Luiza Monteiro Sales Coroa¹

Lucília do Carmo Garcez²

Vilma Reche Corrêa³

mlcoroa@uol.com.br

luciliagarcez@gmail.com

rc.vilma@gmail.com

RESUMO: O artigo mostra como se usam os signos linguísticos verbal e intencionalmente, e não apenas para construir sentidos, mas também para persuadir os outros. Considera que o texto argumentativo, assim como a seleção dos argumentos, se relacionam com a argumentação organizada linguisticamente. Revê as características do pensamento indutivo e do dedutivo, assim como das escalas argumentativas e das restrições lógicas. Estas são vistas como o esqueleto que sustenta e direciona a estrutura argumentativa. O texto faz um apanhado dos principais operadores argumentativos e mostra, com exemplos, que conhecer o funcionamento dessas estruturas traz vantagens e uma forma de dominar a persuasão na vida profissional e pessoal.

Palavras-chave: argumentação; escalas argumentativas; operadores argumentativos.

INTRODUÇÃO

Nas práticas discursivas comuns em nossa sociedade, neste início do século XXI, a expressão “texto dissertativo-argumentativo” evoca facilmente experiências escolares ou eventos de avaliação e seleção profissional, como concursos, vestibulares

¹ Maria Luiza Monteiro Sales Coroa - Professora da graduação em Letras e professora e pesquisadora do Programa de Pós-graduação em Linguística na Universidade de Brasília, na área de Linguagem e Sociedade. Coordenadora e participante de projetos de formação continuada de professores; Membro de comissões de assessoramento em órgãos públicos federais e regionais.

² Lucília Helena do Carmo Garcez. Doutora em Letras, ex-professora da UnB, escritora, autora de **Técnica de Redação - o que é preciso saber para bem escrever**, da Editora Martins Fontes.

³ Vilma Reche Corrêa – Professora aposentada da Universidade de Brasília – UnB, Graduada em Letras, Mestre em Linguística pela Universidade Estadual de Campinas – UNICAMP, doutora em Linguística pela UNICAMP e pela University of Ottawa.

e similares. Por isso, o primeiro aspecto a ser aqui considerado diz respeito à circulação de gêneros textuais que se apoiam predominantemente em sequências dissertativo-argumentativas. Encontramos, com facilidade, sequências tipológicas organizadas como *dissertativas*, ou expositivas, em qualquer gênero textual de nossa convivência diária, que vise expor ao interlocutor uma série de informações, ou que objetive fazê-lo saber de algo. Também a organização de gêneros textuais predominantemente *argumentativos* é comum no cotidiano de nossas relações sociais e discursivas. É frequente que, mais do que “dar a conhecer” alguma informação, queiramos também “convencer” nosso interlocutor sobre alguma ideia ou ponto de vista, atraí-lo para nossa visão dos fatos. Assim, a motivação para a relevância do tipo dissertativo-argumentativo nas práticas discursivas ligadas à escolarização da linguagem se dá do social para o escolar: é porque o tipo dissertativo-argumentativo fundamenta muitos dos gêneros textuais usados na nossa sociedade grafocêntrica⁴ que ele se tornou relevante nos processos de ensino, aprendizagem e avaliação. Parece-nos, pois, muito natural e necessário fazer reflexões de natureza didático-pedagógica sobre as características de textos que explicitam a argumentação como a sequência tipológica predominante.

Como ponto inicial da nossa reflexão, vamos estabelecer como entendemos nosso objeto de trabalho: o tipo dissertativo-argumentativo.

Perceber uma tomada de posição sustentada por argumentos e diferenciá-la de opiniões é uma habilidade discursiva que pode ser desenvolvida (e avaliada) a partir de algumas atividades norteadoras. Além disso, veremos como a seleção de argumentos está intimamente ligada aos modos de organizar linguisticamente nossa argumentação, ou à escolha da direção argumentativa que sustenta nossos raciocínios. Este será nosso segundo ponto.

Como terceiro ponto de reflexão, veremos alguns exemplos de como a argumentação não se organiza linearmente, mas em escalas argumentativas que, conseqüentemente, direcionam a leitura — ou a compreensão — do interlocutor sobre o assunto. Assim construímos, textualmente, nossa direção argumentativa. E situaremos esses exemplos em sua fundamentação teórica.

Como quarto e último ponto, apresentamos a análise da organização argumentativa de um texto, exemplar utilizado aqui como representativo do tipo dissertativo-argumentativo.

⁴ Entende-se como grafocêntrica uma sociedade, ou comunidade, que se organiza pela palavra escrita.

1. ORGANIZAÇÃO DO RACIOCÍNIO LÓGICO

Ao considerar a linguagem como a capacidade de construir significados, como a capacidade de agir sobre a natureza e o mundo, consideramos também inerentemente humana a capacidade de usar verbal e intencionalmente os signos linguísticos. Por isso, podemos dizer que os discursos são sempre revestidos de uma dimensão argumentativa. Há, no entanto, na circulação social dos textos, alguns que explicitamente se organizam com esse propósito. Isso quer dizer que, mesmo em vertentes teóricas que defendem a argumentação como inerente à própria linguagem⁵, alguns modos de organização dos signos linguísticos sofrem constrictões de raciocínios lógicos e discursivos tão evidentes que conduzem a uma distinção em relação a outros modos de organização linguística, como a descrição, a narração ou a injunção, por exemplo.

Partindo, assim, do pressuposto de que todo discurso é, de certo modo, argumentativo⁶, atribuímos a uma sequência textual a classificação de argumentativa quando nela reconhecemos a organização composicional⁷ a partir de raciocínios lógicos. Desse modo, podemos simplificarmente dizer que uma redação escolar do tipo dissertativo-argumentativo, ou qualquer outro gênero que similarmente se fundamente na predominância da argumentação, tem como padrão estrutural um silogismo⁸, cujo exemplo clássico pode ser expresso como:

(1) Todo homem é mortal.

Sócrates é homem.

Logo, Sócrates é mortal.

A estrutura de um silogismo é muito rígida. Para sua boa formação, um silogismo deve respeitar certos princípios cuja origem se encontram na lógica clássica⁹. A violação de algum desses princípios resulta em defeitos de argumentação.

⁵ Falamos aqui da linha teórica conhecida como Semântica Argumentativa, por exemplo.

⁶ Veja-se, entre outros, O. Ducrot, Ingedore Koch, E. Guimarães e J. L. Fiorin.

⁷ O termo “nível composicional” é utilizado por L. A. Marcuschi (2002), para designar o conjunto de traços linguísticos que referem as ideias.

⁸ Um silogismo “é um discurso em que enunciadas algumas coisas, outras seguem necessariamente.” (Fiorin, J. L., 2015: 49). É composto de três proposições, sentenças que exprimem um juízo, a terceira das quais é uma conclusão a partir das duas primeiras.

⁹Vários autores tratam minuciosa e cuidadosamente deste assunto, como, por exemplo, J. L. Fiorin (2015), entre outros.

Mencionaremos aqui apenas algumas características que transferimos do raciocínio lógico para a estrutura argumentativa de um texto em língua natural. Primeiramente, é necessário haver a aceitação da premissa maior (a primeira proposição) como verdadeira. Se não aceitamos como verdadeiro que *todos os homens sejam mortais*, a sequência do raciocínio não será válida. De forma semelhante, a verdade de que *Sócrates seja homem* também deve ser aceita. Só na relação válida dessas premissas é que é possível inferir, deduzir a verdade da afirmação que funciona como a conclusão do silogismo, a de que *Sócrates seja mortal*.

Embora essas restrições válidas para os silogismos sejam também válidas para a estruturação de um texto basicamente argumentativo, a passagem das relações estritamente lógicas para as relações semânticas de uma língua natural não atende a princípios tão rígidos de raciocínio e encontra várias dificuldades pelo caminho. Entre elas está a ampla variedade de escolhas que uma língua natural, como o português, oferece para referenciar¹⁰ as proposições que vão construir o texto. Em um texto do nosso cotidiano, não é obrigatório, por exemplo, que a ordem de enunciados que funcionam como premissas e como conclusão corresponda à mesma ordem do silogismo. Em uma língua natural, como o português, o uso de alguns advérbios e tempos verbais permite que os enunciados sejam proferidos em uma sequência diferente daquela dos eventos, pois é possível recuperá-la por meio de expressões como *antes, depois, em seguida...* Na organização da argumentação em português, o raciocínio lógico costuma inverter o silogismo: a tese que se pretende demonstrar corresponde à proposição (ideia) que está na conclusão do silogismo; os argumentos são enumerados como as premissas; e a conclusão do texto confirma se, de fato, a tese foi comprovada.

De qualquer modo, podemos, como exercício sobre a elaboração — ou a avaliação — de um texto argumentativo, iniciar explorando as possibilidades de um texto logicamente organizado. Tomemos, como ilustração, o raciocínio por dedução expresso no exemplo (1). A conclusão é comprovada a partir das premissas. De modo paralelo, a tese desse texto seria correspondente à afirmação daquilo que se pretende provar: *Sócrates é mortal*. Para isso, os argumentos iniciais devem demonstrar que *Todo homem é mortal*. Em seguida, que *Sócrates é homem*. A conclusão correta, a

¹⁰ De modo simplificado, podemos dizer que referencialidade é a relação semântica que estabelece correspondência entre a linguagem e as coisas do mundo.

partir desse conjunto de argumentos, seria: *se Sócrates é homem, então ele é mortal*. Dizemos, então, que dos argumentos decorre essa conclusão.

Comprovar a tese de que *Sócrates é mortal, porque é homem e todos os homens são mortais*, constitui, assim, o eixo norteador desta forma de organizar o raciocínio argumentativo – e este raciocínio, por dedução, é muito frequentemente utilizado na textualização do discurso argumentativo. A estrutura do texto classificado como do tipo argumentativo corresponde, assim, a um grande silogismo em que as premissas são expandidas por vários argumentos e a comprovação da tese é decorrente da validade dessas premissas.

Outra maneira de organizar logicamente uma argumentação é seguindo o raciocínio indutivo. Neste modo de raciocinar, parte-se do particular para a generalização. Teríamos, para isso, um exemplo semelhante a (2):

(2) Sócrates, Aristóteles, Pitágoras e Platão são homens.

Sócrates, Aristóteles, Pitágoras e Platão são mortais.

Logo, os homens são mortais.

Em uma organização de raciocínio como esta, percebe-se de imediato que há mais possibilidades de chegar a conclusões erradas do que no raciocínio por dedução¹¹. Uma enumeração insuficiente de qualidades, por exemplo, poderia induzir a uma falsa generalização. No entanto, há temas que se prestam mais a esse “caminho” – do singular para o geral – do que a uma rígida conclusão por dedução. O cuidado pela escolha dos argumentos particulares que compõem uma argumentação por indução torna-se, assim, fundamental.

2. SELEÇÃO DE ARGUMENTOS

A par das restrições lógicas, que, como um grande esqueleto de sustentação, orientam a estrutura da argumentação, as línguas naturais trazem ainda maior complexidade para a argumentação ao oferecer possibilidades – gramaticais e discursivas – de se chegar à mesma conclusão por outros caminhos.

¹¹ Para ampliação da discussão sobre raciocínios lógicos que orientam a argumentação, pode-se consultar, por exemplo, J. L. Fiorin, 2015.

Podemos sintetizar com uma asserção condicional a estrutura do raciocínio argumentativo: *Se Sócrates é homem, ele é mortal.*

Podemos, também, considerá-la como uma asserção causal: *Sócrates é mortal porque é homem.*

Podemos ainda escolher argumentar por exclusão: *Não existe homem que não seja mortal, por isso Sócrates é mortal.*

Nestes dois últimos casos, os argumentos que atribuam a qualidade de “mortal” a todos os homens, e os argumentos que comprovem que Sócrates é “homem” poderiam ser os mesmos, mas a maneira de organizá-los na superfície textual seria diferente. Esta flexibilidade é característica de uma língua natural, não da linguagem formal. Por isso, existem textos diferentes sobre o mesmo assunto, sem que um exclua o outro como errado. Pode haver discordância de opiniões, mas a validade dos argumentos está nas relações que se estabelecem, internamente, entre eles no texto.

Além disso, como todo discurso é a retomada¹² e a continuidade de outro(s) discurso(s), na efetiva interação verbal, nem todos os argumentos precisam ser rigidamente explicitados – como deve acontecer em um silogismo clássico. Frequentemente, fica apoiada no senso comum, ou no conhecimento já compartilhado entre os interlocutores, a proposição inicial de uma dedução, a de que *todo homem seja mortal*. No entanto, dependendo da delimitação do tema da argumentação, essa proposição deve ser também explicitada. Já temos aqui uma primeira decisão que cabe ao elaborador do texto: quanto do conhecimento socialmente compartilhado precisa constar explicitamente da estrutura da argumentação para que as relações lógicas sejam respeitadas? Em um dos extremos, a decisão corre o risco de resultar em um texto simplificado demais, longo, enfadonho, até mesmo infantilizado, em que a capacidade de intelecção do leitor (ou ouvinte) fica subestimada e a estruturação do raciocínio resulta em evidente superficialização. No outro extremo, a falta de informação, ou o risco da não aceitação, por parte do leitor/ouvinte, de uma verdade tomada como óbvia pelo elaborador do raciocínio pode resultar no fracasso da argumentação, ou mesmo na sua contestação.

¹² Este conceito está na base de perspectivas teóricas que tomam o uso da linguagem como uma realidade histórica, situada social e culturalmente. Cf., por exemplo, Bakhtin, Brait, Fiorin.

Além do eixo norteador de base lógica, um gênero textual predominantemente argumentativo também solicita escolhas discursivas que revelam como os interlocutores se posicionam na argumentação e como essa relação argumentativa se situa nas práticas sociais. Uma vez estabelecido o eixo do raciocínio lógico, há escolhas linguísticas e discursivas que são permitidas, outras que são exigidas e outras, ainda, que são vetadas, para que a argumentação não induza a conclusões incoerentes.

Os procedimentos de seleção dos argumentos norteiam-se, portanto, pela confluência para a sustentação de proposições que visam validar uma verdade. Essas proposições constituem os enunciados sobre as diversas informações, os exemplos, as comparações, que se tornam argumentos. Para tanto, não basta considerar a estrutura do raciocínio, é necessário também considerar a qualidade dos argumentos escolhidos: são eles necessários? São eles suficientes? Neste âmbito, para ter qualidade, a argumentação não é constituída apenas por um “amontoado” de ideias, mas por uma articulação de argumentos que também apresentem uma gradação na força — ou na relevância — para que seja apreendida a verdade da conclusão. Por isso, além das escolhas dos argumentos — não tão livres — que conferem a singularidade ao texto, torna-se também importante considerar que alguns são mais relevantes que outros; e que a sua ordenação também pode contribuir para reforçá-los ou enfraquecê-los. Trata-se, portanto, mais de uma hierarquia nessa construção de argumentos do que propriamente de sua justaposição.

3. ORIENTAÇÃO ARGUMENTATIVA

Se a organização de uma argumentação se apoia em raciocínios lógicos e a seleção dos argumentos deve ser apropriada para sustentar esse raciocínio, devemos também considerar que podem ser exploradas as amplas possibilidades que uma língua natural oferece para articular esses argumentos. Uma argumentação é tanto mais forte quanto mais fortes forem as proposições e mais articulados forem os argumentos. Esta articulação constrói o que se convencionou chamar de força argumentativa¹³.

Para mostrar a força argumentativa dos enunciados e a direção para a qual eles caminham, a língua dispõe de elementos gramaticais conhecidos como operadores

¹³ De acordo com Ducrot.

argumentativos, expressão criada por Oswald Ducrot e utilizada por vários pensadores que o seguem na reflexão sobre os modos como as estruturas linguísticas e o poder argumentativo da linguagem se relacionam. Os operadores servem para mostrar como se apresenta um enunciado, qual o sentido pelo qual um argumento é introduzido numa frase.

Os operadores que caminham em direção a uma mesma conclusão pertencem à mesma **classe argumentativa**. Por exemplo, pertencem à mesma classe argumentativa os argumentos da frase:

Ela tem graduação em nível superior, domínio de três idiomas e experiência como estagiária, portanto apresenta os requisitos para ser contratada para o emprego.

Os três argumentos caminham em uma única direção: a de ser contratada.

(3) Ela tem graduação em nível superior. (1º argumento)

Ela tem domínio de três idiomas. (2º argumento)

Ela tem experiência como estagiária. (3º argumento)

Logo (Portanto), apresenta os requisitos para ser contratada para o emprego. (conclusão)

Como estão enunciados, esses três argumentos têm o mesmo peso, mas poderiam ter pesos diferentes e se organizarem em uma escala. Veremos a seguir alguns dos recursos linguísticos de que dispomos para isso.

Juntamente com a noção de classe argumentativa, Ducrot criou ainda a noção de **escala argumentativa**¹⁴, com argumentos que pertencem a uma escala orientada do mais fraco para o mais forte ou do mais forte para o mais fraco em direção a uma conclusão.

Se os mesmos argumentos de (3) forem enunciados como em (4), com as condições organizadas em uma escala, o último argumento ganha mais importância, um maior peso.

(4) Ela tem graduação em nível superior (1º argumento),

experiência como estagiária (2º argumento)

e até mesmo domínio de três idiomas. (3º. Argumento)

¹⁴ Expressão cunhada por O. Ducrot, em *O dizer e o dito*. Trad. Brasileira. Campinas: Pontes, 1987. (Original francês: 1984).

Portanto, apresenta os requisitos para ser contratada para o emprego.
(Conclusão)

Note-se que o sentido global do enunciado muda em comparação com o exemplo anterior, e apresenta uma força argumentativa diferente, por escolha do lugar argumentativo de quem fala; ou seja, por escolha de quem seleciona o modo de apresentação dos argumentos.

Numa argumentação, é essencial saber para qual conclusão as palavras, expressões ou frases conduzem. A ideia de que primeiro devem vir as razões (ou provas, fatos, argumentos) mais frágeis e, por último as mais fortes é uma estratégia bem produtiva¹⁵. Prever objeções para refutá-las é outra estratégia eficaz¹⁶.

Mestre na arte de argumentar, o Pe. Antônio Vieira, cujos sermões ainda hoje são lidos e discutidos, mostra com clareza e didática o caminho para a defesa de uma ideia usando, já aquela época, a noção da escala argumentativa. Ensina o insigne pregador:

Há-de tomar o pregador uma só matéria; há-de defini-la, para que se conheça; há-de dividi-la, para que se distinga; há-de prová-la com a Escritura; há-de declará-la com a razão; há-de confirmá-la com o exemplo; há-de amplificá-la com as causas, com os efeitos, com as circunstâncias, com as conveniências que se hão-de seguir, com os inconvenientes que se devem evitar; há-de responder às dúvidas, há-de satisfazer às dificuldades; há-de impugnar e refutar com toda a força da eloquência os argumentos contrários; e depois disto há-de colher, há-de apertar, há-de concluir, há-de persuadir, há-de acabar. Isto é sermão, isto é pregar; e o que não é isto, é falar de mais alto.

(Pe. Antônio Vieira. *Sermão da Sexagésima*. Internet: <www.dominiopublico.gov.br>.)

Já nas orientações de Vieira, opiniões, por si só, não são argumentos, que argumentos são as ideias definidas, comprovadas, aceitas, os exemplos reconhecidos, as citações de pessoas legitimadas social e culturalmente, as comparações por analogia, entre outros. Por outro lado, cabe observar que a prática de leitura e escrita com os operadores argumentativos vai além do enfoque que a gramática tradicional dá aos conectivos, por exemplo.

Não basta considerar que *mas* (na coordenação) e *embora* (na subordinação) ligam orações com ideias contrárias. É a partir desse conhecimento teórico que se pode lidar com textos argumentativos: além de desempenhar sua função sintática,

¹⁵ Garcia, Othon Moacir, p. 274 e segs.

¹⁶ Abreu, Antônio Suarez, p. 22 e segs.

esses elementos gramaticais atuam no texto também como marcadores argumentativos. São eles responsáveis por orientar a direção da argumentação. O fundamental é fazer com que as ideias evoluam em um texto argumentativo que conduza o raciocínio do ouvinte/leitor para a conclusão desejada.

Na prática, é preciso estabelecer diferenças entre (a) e (b):

(5) (a) Ele quer sair, mas está chovendo muito.

(b) Embora ele queira sair, está chovendo muito.

Nesses enunciados, a argumentação evolui em sentidos contrários; ou seja, as sentenças não são, de forma alguma, paráfrases uma da outra. Cada operador realiza uma estratégia própria. O enunciado “Ele quer sair, mas ...” (“estratégia do suspense”¹⁷) apresenta uma conclusão para depois, enquanto a ideia fica em suspense, contradizê-la. O enunciado “Embora ele queira sair, ...” deixa claro antecipadamente que aquilo que se quer vai ser frustrado (“estratégia de antecipação”).

Alguns **tipos** de operadores argumentativos foram elencados por Koch¹⁸, que apresenta aqueles que ela considera os nove “principais”. Aproveitaremos sua classificação nos exemplos a seguir.

(A) Os que assinalam o argumento mais forte de uma escala orientada para determinada conclusão em sentido positivo ou negativo: *até, mesmo, até mesmo, inclusive, nem mesmo, pelo menos, no mínimo...*

Esses mostram o argumento mais forte em uma escala, como nos exemplos:

(6) A vizinhança o conhecia e sabia que ele era operador de máquinas, era casado e tinha três filhos e *até mesmo* que tinha outra casa em cidade vizinha.

Nessa sequência, o último argumento se mostra mais forte que os demais para comprovar que *a vizinhança o conhecia*.

¹⁷ Guimarães, E. *Texto e argumentação*. Campinas: Pontes, 1987.

¹⁸ Koch, Ingedore Villaça. *A Inter-Ação pela Linguagem*. São Paulo: Contexto, 2003.

De forma inversa, o enunciado abaixo organiza os argumentos do mais forte para o mais fraco, de forma a comprovar que a vizinhança não o conhecia.

(7) A vizinhança não sabia que ele tinha casa em cidade vizinha nem que era casado e tinha três filhos, nem mesmo que era operador de máquinas.

(B) Os que somam argumentos de uma mesma classe a favor de uma mesma conclusão: *e, também, ainda, nem (ou não), não só...mas também, tanto ...como, além de, além disso, a par de...*

Por comutação, esses operadores se revezam em variadas formas de organização dos enunciados, como nos exemplos de (8) a (10).

(8) A vizinhança o conhecia e sabia que ele *não só* era operador de máquinas, *mas também* era casado e tinha três filhos e *ainda* que tinha outra casa em cidade vizinha.

(9) A vizinhança o conhecia e, *além de* saber que ele era operador de máquinas e que era casado e tinha três filhos, sabia *também* que tinha outra casa em cidade vizinha.

(10) A vizinhança o conhecia: sabia *tanto* que ele era operador de máquinas, *como* que era casado e tinha três filhos *além de* saber que tinha outra casa em cidade vizinha.

Entre os operadores de argumentos que se somam, Koch destaca um que “atua de forma *sub-reptícia*” e dá o “golpe final”, *aliás*:

(11) A vizinhança o conhecia: sabia que ele era operador de máquinas e *ainda* que era casado e tinha três filhos. *Aliás*, sabia *até* que tinha outra casa em cidade vizinha.

(C) Os que introduzem uma conclusão relativa a argumentos apresentados anteriormente: *portanto, logo, pois, em decorrência...*

Essa relação de conclusão é muito frequente em textos argumentativos, como nos exemplos a seguir:

(12) [...] nesse caso trata-se de uma fé, trata-se de um princípio religioso, de uma divergência de dogmas e não de moral. Não será *portanto* muito mais grave impor-nos o Estado que contribuamos para a manutenção – não de uma fé que julguemos errônea – mas de uma instituição que a humanidade, o consenso unânime do mundo, declara criminosa?

(Joaquim Nabuco. *Campanha abolicionista no Recife*. Internet: www.dominiopublico.gov.br/)

(13) Isto prova que as ideias aritméticas são mais simples, e *portanto* mais naturais. A natureza é simples. A arte é atrapalhada.

(Machado de Assis. *Dom Casmurro*. Internet: www.dominiopublico.gov.br/)

(D) Os que introduzem argumentos alternativos que levam a conclusões diferentes e até opostas: *ou, ou então, quer ... quer, seja ... seja...*

(14) Cá fora, uma senhora que sucumbisse às hostilidades de pessoas de seu serviço, em consequência de cartas extraviadas, despertaria certamente grande interesse, e imensa curiosidade; e, *ou* a condenássemos, *ou* lhe perdoássemos, era sempre um caso digno de lástima.

(Machado de Assis. *Eça de Queirós: O Primo Basílio*. Internet: www.dominiopublico.gov.br/)

(E) Os que, como nos exemplos abaixo, estabelecem comparação entre elementos com vistas a uma conclusão: *mais [...] que, menos [...] que, tanto [...] quanto...*

(15) [...] não adianta conceber a educação como uma caixa vazia (que, aliás, faz *mais* barulho *que* a cheia) ou como um certificado desprovido de competências.

(CULTURA CIENTÍFICA Um Direito de Todos. Internet: www.dominiopublico.gov.br/)

(16) Tenho ternura, ternura até às lágrimas, pelos meus livros de outros em que escrituro, pelo tinteiro velho de que me sirvo, pelas costas dobradas do Sérgio, que faz guias de remessa um pouco para além de mim. Tenho amor a isto, talvez porque não tenha mais nada que amar - ou talvez, também, porque nada valha o

amor de uma alma, e, se temos por sentimento que o dar, *tanto* vale dá-lo ao pequeno aspecto do meu tinteiro *como* à grande indiferença das estrelas.

(Bernardo Soares (heterônimo de Fernando Pessoa). *Do Livro do Desassossego*. Internet: www.dominiopublico.gov.br/)

(17) Deste modo as conclusões do crítico servem *tanto* à obra concluída, *como* à obra em embrião.

(Machado de Assis. **O ideal do crítico**. Internet: <machado.mec.gov.br>)

(F) Os que introduzem uma explicação do que foi dito anteriormente: *porque, que, já que, pois...*

(18) Felizmente podemos aplaudir sem reservas outra ideia que o ilustre chefe abolicionista enunciou e sustentou corajosamente, *pois* o cosmopolitismo da moda não hesita em chamar de bairristas a todos quantos ainda entendem e sentem o que é uma pátria.

(Joaquim Nabuco. *Campanha abolicionista no Recife*. Internet: www.dominiopublico.gov.br/)

(G) Os que contrapõem argumentos em direção a conclusões contrárias: *mas, porém, contudo, e embora, ainda que, apesar de ...*

(19) A repetição verdadeira nos padrões de brincado é um sinal de que a criança está lutando com questões de grande importância para ela, e de que, *embora* ainda não tenha sido capaz de encontrar uma solução do problema que explora através da brincadeira, continua a procurá-lo.

(Márcio X. B. Figueiredo. *Corporeidade na escola: brincadeiras, jogos e desenhos*. Internet: www.dominiopublico.gov.br/)

(H) Os que introduzem pressuposições: *já, ainda, agora...*

(20) Mas, enquanto, alguns desses povos avançados, começando mais cedo, ainda nos vagares do século dezenove, que, a rigor, se estendem até 1914, puderam realizar a imensa tarefa da educação popular pela escola, deparando-se *agora* com o problema da revisão, redireção e refinamento dessa instituição, não chegamos nós a criar um sistema comum e sólido de educação popular, e já as contingências de

crescimento nos estão a pedir medidas e instituições como as das leis do trabalho urbano e rural — que deviam assentar em um robusto e consistente sistema de educação pública.

(Anísio Teixeira. *A educação e a crise brasileira*. São Paulo: Cia Editora Nacional, 1956. Internet: www.dominiopublico.gov.br/)

(I) Os que distribuem escalas opostas, uma orientada para afirmação total e outra para negação total: *um pouco e pouco; quase e apenas; só e somente...*

(21) A oferta de políticas de qualidade para o desenvolvimento infanto-juvenil, ainda *pouco* frequente entre as ações de saúde no país, complementa as metas recomendadas no MPC. [...] Antes de avançar para a análise, cabe *conhecer um pouco* melhor os instrumentos que subsidiam este capítulo do relatório.

(*Um Brasil para as crianças*. Internet: <www.dominiopublico.gov.br/>)

Especialmente quando se trata de uma argumentação organizada pelo modo indutivo, em que vários argumentos se orientam para a uma ideia conclusiva de generalização, as escalas argumentativas funcionam como organizadoras do raciocínio. Não são meras conjunções, preposições ou advérbios que, sintática e semanticamente, ligam os termos, mas são mais que isso: são operadores argumentativos que colaboram para tecer a orientação dos argumentos que se articulam discursivamente.

4. A TEORIA NA PRÁTICA

Como exercício sobre relações argumentativas, tome-se como exemplo um tema polêmico, que permita a defesa de mais de uma posição:

LIBERAR OU NÃO A PUBLICAÇÃO DE BIOGRAFIAS SEM AUTORIZAÇÃO DO BIOGRAFADO OU DOS SEUS DESCENDENTES E FAMILIARES.

Por sua complexidade, esse tema tem dividido opiniões. Eis algumas delas:

a. João Máximo, autor da biografia de Noel Rosa, afirmou: "Processe-se o biógrafo que injurie, calunie, difame ou fira a verdade em qualquer medida; mas respeite-se o que, ao biografar seriamente um homem público brasileiro contribua, de alguma forma, para contar um pouco da história do Brasil".

b. O escritor Laurentino Gomes disse: "Deixem que jornalistas, escritores e biógrafos trabalhem. Se eles mentirem ou cometerem injustiças, que sejam punidos de acordo com a lei. Mas sem censura".

c. Por meio da associação **Procure Saber**, um grupo de artistas defende que as biografias precisam de autorização para serem publicadas. Mas afirmam que essa postura nada tem a ver com censura. Desse grupo fazem parte, entre outros, Roberto Carlos, Caetano Veloso e Chico Buarque.

d. Outro que se manifestou foi Caetano Veloso, em artigo no jornal O Globo: "Por que me somo a meus colegas mais cautelosos da associação **Procure Saber**, que submetem a liberação das obras biográficas à autorização dos biografados? Aprendi, em conversas com amigos compositores, que, no cabo de guerra entre a liberdade de expressão e o direito à privacidade, muito cuidado é pouco".

e. O ex-presidente do Supremo Tribunal Federal, Joaquim Barbosa, também já se manifestou sobre o assunto. Ele disse: "O ideal seria liberdade total de publicação, com cada um assumindo os riscos. Quem causar dano deve responder financeiramente". Barbosa defende o pagamento de multas para quem ofender a honra ou a privacidade de um biografado.

f. A professora de direito constitucional da UERJ, Ana Paula de Barcellos, acha que as biografias não devem ser submetidas à autorização prévia. Mas também considera importante proteger a privacidade do biografado. E explica que, no caso de abusos, como calúnia ou difamação, a Justiça é quem dá a palavra final.

Quais os possíveis argumentos relativos às duas posições que poderiam ser usados a partir dessas opiniões?

Seleção de possíveis argumentos

Grosso modo, os fragmentos (a), (b), (e) e (f) podem compor uma argumentação a favor da liberação de biografias sem autorização do biografado. Em contraposição, (c) e (d) podem sustentar argumentação a favor da necessidade de autorização para publicação de biografias. Vê-se claramente, no entanto, que representam opiniões e ideias diferentes – não são meras repetições.

Como ilustrações para posicionamentos, essas opiniões podem corresponder, respectivamente, a dois blocos de seleção de ideias que sintetizam argumentos:

1ª seleção: liberar sem autorização

A Constituição Federal garante a liberdade de expressão, de pensamento, de criação artística e científica, além de proibir a censura.

Autorização prévia é uma forma de censura.

O livre acesso ao conhecimento histórico é garantia democrática.

A pesquisa histórica não deve ser censurada, pois ela assegura a preservação da memória do país.

Casos de inverdades, mentira dolosa deliberada, calúnia, injúria, difamação, ofensa à honra e dano moral podem ser questionados na justiça.

2ª seleção: liberar com autorização

A proteção à privacidade é um direito do indivíduo.

O fato de ser uma pessoa pública não autoriza a divulgação de sua privacidade.

A pessoa tem direito de controlar o que é publicado a seu respeito.

A conciliação entre biógrafo e biografado não constitui censura prévia.

Vejamos, em um exemplo, como podem ser defendidas as duas posições frente a esse tema e quais argumentos podem ser usados efetivamente em um texto.

(22)

Em 2006 Paulo Cesar de Araujo publicou a biografia: Roberto Carlos em Detalhes. O cantor entrou na justiça alegando, com base nos artigos 20 e 21 do Código Civil, que o livro invadia a sua privacidade e denegria sua imagem. O livro foi proibido de circular e recolhido das livrarias. Essa decisão afetou outras biografias que também foram proibidas de circular, como a de Paulo Leminski, a de Manuel Bandeira e a de Guimarães Rosa. Tais acontecimentos levantaram uma polêmica sobre a liberação de biografias sem autorização prévia. De um lado estão as pessoas focalizadas nas biografias e de outro os pesquisadores, os historiadores, os biógrafos e os editores de livros.

É evidente que os artigos do Código Civil que embasaram a ação do cantor se chocam com direitos consagrados na Constituição Federal, lei máxima que assegura a liberdade de expressão, de pensamento, de criação artística e científica, além de proibir a censura e garantir o direito à informação.

É notório que figuras públicas pertencem à história do país são de interesse geral. Suas vidas refletem um momento social, político e artístico da nação. Sendo

assim, o livre acesso ao conhecimento histórico é garantia democrática e não deve ser cerceado por atitudes obscurantistas. Uma biografia é um documento histórico, resultado de muita pesquisa, de muito trabalho de autores dedicados; portanto, qualquer censura pode significar limitação aos direitos de expressão e de informação que todo cidadão tem assegurado pela Carta Magna.

Além disso, ressalte-se que o biografado pode entrar com uma ação judicial, a qualquer tempo, caso a divulgação de escritos, a transmissão, publicação ou exposição de fatos a seu respeito representem calúnia, injúria ou difamação e atinjam a sua honra, a sua boa fama ou a sua respeitabilidade.

No que se refere a esse assunto, é imprescindível que a justiça reveja sua posição.

Internet: <<http://infograficos.oglobo.globo.com/cultura/a-batalha-das-biografias.html>>. Acesso em 5 nov. 2015 (adaptado).

Nesse texto, a observação do roteiro desenvolvido mostra uma argumentação que apresenta, em linhas gerais, a demanda que girou em torno de dois direitos: direito à privacidade (defendido pelo cantor biografado) *versus* direito à liberdade de expressão (defendido pela Associação Nacional dos Editores).

O autor utilizou a estratégia a seguir para desenvolver seu texto.

- Introduziu o tema, situando o contexto da polêmica estabelecida pelo lançamento da biografia de Roberto Carlos.
- Apresentou os argumentos que sustentam o ponto de vista defendido.
 - A Constituição assegura os direitos de expressão e de informação.
 - Figuras públicas são parte da história do País.
 - Conhecimento da história é direito democrático.
 - Autorização prévia é censura prévia.
- Combateu um possível argumento contrário, dizendo que os biografados têm assegurado o direito de recorrer à justiça em caso de difamação, injúria ou calúnia.
- Concluiu explicitando seu ponto de vista a favor da liberação da publicação de biografias sem a autorização prévia do biografado.

Para construir seu processo argumentativo, são visíveis os recursos e as estratégias linguísticas que mostram ou reforçam o ponto de vista defendido pelo

autor do texto, tais como: “É evidente que”; “É notório que”; “Sendo assim”; “não deve”; “portanto”; “Além disso”, “é imprescindível”, entre outros.

Em meio à polêmica que dividia a opinião pública na época, a análise desse texto mostra que o autor organizou linguisticamente a defesa de sua posição frente ao assunto: apresentou os argumentos fundamentais dos demandantes, tomou posição, selecionou argumentos que serviam ao seu propósito, refutou os argumentos contrários e concluiu, tornando explícita sua posição.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Em resumo, é por meio da seleção de argumentos e do planejamento das estratégias linguísticas próprias de um texto dissertativo-argumentativo, como já fazia magistralmente o Pe. Antônio Vieira em seus sermões há séculos, que alguém, falando ou escrevendo, defende um ponto de vista e, dessa forma, pode eventualmente até convencer seu interlocutor a mudar de opinião. A articulação da linha argumentativa segue os padrões do raciocínio lógico; a seleção das ideias que compõem os argumentos remete a conhecimentos e informações arrolados para dar corpo à estrutura desse raciocínio e as estratégias linguísticas organizam a orientação argumentativa pretendida.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

1. DUCROT, Oswald. *O dizer e o dito*. Trad. Brasileira. Campinas: Pontes, 1987. (Original francês: 1984)
2. FIORIN, José Luiz. *Argumentação*. São Paulo: Contexto, 2015, p. 49.
3. GARCIA, Othon Moacyr. *Comunicação em prosa moderna*. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2010, p. 274 e segs.
4. Guimarães, Eduardo. *Texto e argumentação*. Campinas: Pontes, 1987.
5. KOCH, Ingedore Villaça. *A Inter-Ação pela Linguagem*. São Paulo: Contexto, 2003.
6. MARCUSCHI, Luiz Antônio. Gêneros textuais: definição e funcionalidade. In: DIONÍSIO, Ângela Paiva; MACHADO, Ana Rachel; BEZERRA, Maria Auxiliadora (orgs.). *Gêneros textuais & ensino*. Rio de Janeiro: Lucerna, 2002.

ABSTRACT: This article examines how to use verbal and intentionally linguistic signs in social life not only to construct meanings but either to persuade others through reasoned judgment. It will consider the argumentative type of text as well the way the arguments selection is related to linguistically organized argumentation. It will review the features of deduction and induction, as much as the argumentative scales and logical constrictions. These are considered the language skeleton which sustain and give direction to the argumentative structure. The text summarizes the chief types of argumentative operators. Using examples, it shows that being aware of these structures offers considerable advantages and a way to master persuasion in professional and personal life.

Keywords: argumentation; argumentativeness scales; argumentative operators.